



ESTUDO SOBRE O LETRAMENTO EM LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS - LIBRAS

SANTOS, José Luiz ¹

SCHMIDT, Paulo ²

PAULA, Monica Daniela Pacheco de ³

Resumo: Esse estudo tem por objetivo apresentar os principais aspectos relacionados ao Letramento em Língua Brasileira de Sinais, sua relação com o uso da linguagem causas, as diferentes concepções de linguagem e os impactos do Letramento nos processos de ensino e aprendizagem. Metodologicamente, o estudo se classifica quanto à abordagem do problema como qualitativo, quanto aos procedimentos de pesquisa como bibliográfico e quanto aos objetivos como descritivo. Percebeu-se que, o Letramento é o resultado da ação de ensinar e aprender as práticas sociais de leitura e escrita e que possui estreita relação com o uso da linguagem. A seguir foram apresentadas as principais características das principais concepções de linguagem, quais sejam, a linguagem como expressão do pensamento; a linguagem como instrumento de comunicação e a linguagem como forma de interação. A concepção que considera a linguagem como interação leva a uma reflexão crítica sobre o ensino de língua materna e provoca impactos no processo de ensino e aprendizagem, pois apresenta também uma nova concepção de letramento. Assim, a preocupação não é apenas com o ler e o escrever, mas também com o seu uso, e isso se refere às demandas de leitura e de escrita impostas pela sociedade.

Palavras-chave: Letramento. Linguagem. Aprendizado. Leitura. Escrita.

¹ Doutor em Economia. Mestre em Ciências Contábeis. Graduado em Ciências Contábeis, Licenciatura em Pedagogia, Licenciatura em Letras - Português, Letras - LIBRAS, História, Matemática, Ciências Biológicas, Física e Direito. É diretor e professor na Faculdade São Francisco de Assis. E-mail: joseluiz@saofranciscocodeassis.edu.br

² Doutor em Controladoria. Mestre em Administração. Graduado em Ciências Contábeis, Pedagogia, Letras e História. Professor da Faculdade São Francisco de Assis. E-mail: pauloschmidt@icloud.com

³ Mestre em Ensino na Saúde. Especialista em Psicopedagogia, Problemas do desenvolvimento na Infância e Adolescência, Educação Infantil: Práticas Pedagógicas, Supervisão, Inspeção e Gestão Escolar. Graduada em Psicologia, Pedagogia, Letras e História. Coordenadora e Professora do Curso de Psicologia da Faculdade São Francisco de Assis. E-mail: psicologia@saofranciscocodeassis.edu.br

1 INTRODUÇÃO

Atualmente, a noção de letramento é muito aplicada na área da educação. A concepção de linguagem como interação tem se mostrado capaz de aliar educação e letramento. Nesse sentido, a ideia é permitir aos estudantes o desenvolvimento da reflexão e de um olhar crítico a partir da análise de ideias e mensagens presentes nos textos.

A noção de letramento surgiu no Brasil por volta dos anos 1980, a partir das discussões sobre analfabetismo brasileiro. O seu significado tem relação com o termo inglês *literacy* (alfabetização), ou seja, a condição de ser letrado.

Paulatinamente, nos estudos sobre a educação, o conceito de letramento passou a referir-se à habilidade de ler e escrever.

Contudo, a definição exata do conceito de Letramento está sempre em constante discussão.

Segundo Soares (2004), “o letramento cobre uma vasta gama de conhecimentos, habilidades, capacidades, valores, usos e funções sociais; o conceito de letramento envolve, portanto, sutilezas e complexidades difíceis de serem contempladas em uma única definição.”

Dessa forma, existem várias definições de letramento, porém em todas elas há uma relação com a leitura e a escrita.

Nesse sentido, a definição de letramento formulada por Soares (2004): “Resultado da ação de ensinar e aprender as práticas sociais de leitura e escrita; o estado ou condição que adquire um grupo social ou um indivíduo como consequência de ter-se apropriado da escrita e de suas práticas sociais.”

Assim, significa que existe uma relação direta com o uso da linguagem; haja vista que é por meio da linguagem que os seres humanos se comunicam, expressam ideias, sentimentos e pensamentos, produzem e compreendem mensagens.

Portanto, a concepção de linguagem associa-se à definição de letramento. Disso, denota a importância do estudo das diferentes concepções de linguagem.

Diante desse contexto, o importante é que os docentes dominem essas diferentes concepções para compreender as práticas de linguagem em sala de aula e utilizá-las nas práticas de letramento.

Para isso, esse artigo objetiva apresentar os principais aspectos relacionados ao Letramento e a sua relação com o uso da linguagem, adentrando dessa forma nas principais concepções de linguagem, isto é, na concepção de linguagem como expressão do pensamento; na concepção de linguagem como instrumento de comunicação e na concepção de linguagem como forma de interação, a partir desse referencial são verificados os impactos provocados no processo de ensino e aprendizagem.

Um estudo sobre o Letramento em Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS justifica-se porque ele desempenha um papel fundamental na inclusão e no desenvolvimento educacional de surdos, haja vista que a LIBRAS é reconhecida como a língua natural da comunidade surda no Brasil, sendo essencial para a comunicação e a construção do conhecimento desse grupo linguístico. Portanto, compreender e promover o letramento em LIBRAS é fundamental para garantir a inclusão e a igualdade de oportunidades para os surdos.

2 DESENVOLVIMENTO: DIFICULDADES DE APRENDIZAGEM E A TDAH

2.1 Noções de letramento

Na atualidade, a noção de letramento é muito aplicada na área da educação. Ao longo da história dos estudos linguísticos no Brasil, diferentes perspectivas teóricas conceituaram linguagem e orientaram o caminho do ensino da língua portuguesa e das atividades de leitura.

Hoje, a concepção de linguagem como interação tem se mostrado capaz de aliar educação e letramento: a ideia é oportunizar aos estudantes o desenvolvimento da reflexão e do olhar crítico a partir da análise de ideias e mensagens presentes nos textos.

2.2 Relacionamento entre letramento e uso da linguagem

A noção de letramento surgiu no Brasil por volta dos anos 1980, a partir das discussões sobre analfabetismo brasileiro. Nos estudos sobre a educação, inicialmente, o conceito de letramento passou a referir-se à habilidade de ler e escrever.

Nesse sentido, a definição de letramento formulada por Soares (2004): “Resultado da ação de ensinar e aprender as práticas sociais de leitura e escrita; o estado ou condição que adquire um grupo social ou um indivíduo como consequência de ter-se apropriado da escrita e de suas práticas sociais.”

Isso significa que há uma relação direta com o uso da linguagem. Isso porque, é por meio da linguagem que os seres humanos se comunicam, expressam ideias, sentimentos e pensamentos, produzem e compreendem mensagens.

Dessa forma, a concepção de linguagem associa-se à definição de letramento.

2.3 Concepções de linguagem

As diferentes concepções de linguagem dialogam com a educação, uma vez que a escolha da metodologia depende da eleição de teorias de compreensão e de interpretação da realidade.

Sabe-se que cada momento histórico e social apresenta uma concepção específica sobre a língua, pois a linguagem atua na sociedade, que é dinâmica e complexa.

Fuza et al. (2011) consideram os paradigmas ideológicos elaborados por Bakhtin e Volóchinov (1992) para analisar as diferentes concepções de linguagem. Os paradigmas são os seguintes:

- Subjetivismo Idealista;
- Objetivismo Abstrato;
- Concepção dialógica de linguagem defendida pelo Círculo de Bakhtin.

Geraldi (1984), um dos estudiosos dos pressupostos bakhtinianos, no Brasil, buscou renomear tais concepções:

- linguagem como expressão do pensamento;
- linguagem como instrumento de comunicação e
- linguagem como forma de interação (Fuza et al., 2011, p. 479).

2.4 Linguagem como expressão do pensamento

A concepção de linguagem como expressão do pensamento refere-se à externalização do pensamento, ou seja, a linguagem tem a função de tornar externo um conteúdo interno, psíquico.

Para que isso ocorra, há um sistema linguístico pronto, acabado, isto é, a linguagem se mostra como um reflexo dos processos mentais. Portanto, para essa concepção, a linguagem é monológica e individual; nenhuma atividade externa ou situação social interfere nesse processo.

Conseqüentemente, a fundamentação desse pensamento associa-se à tradição gramatical grega, que considera a língua imutável e determina que apenas uma variedade linguística é a correta.

Na atualidade, observa-se essa concepção de linguagem no uso da gramática tradicional nas atividades escolares: há regras a serem seguidas, e essas regras é que determinam a fala e a escrita corretas.

Nesse contexto, é papel do professor ensinar essa variedade. Nas palavras de Fuza et al. (2011, p. 482):

A concepção de língua como expressão do pensamento está relacionada às chamadas gramáticas normativo-prescritivas, que, segundo Possenti (1997, p. 64), são todas aquelas gramáticas cujo conteúdo corresponde a um conjunto de regras que devem ser seguidas e, por isso, destinam-se a ensinar os sujeitos a falarem e a escreverem corretamente, sendo os transgressores de tais regras consideradas grosseiras, caipiras, incapazes de aprender.

A essa concepção, Bakhtin e Volóchinov (1992) dão o nome de subjetivismo individualista.

Koch (2003) acrescenta que, nessa situação, o sujeito constrói uma representação mental e deseja que ela seja captada pelo interlocutor da maneira como foi mentalizada.

Nessa perspectiva, o sujeito que recebe a mensagem é passivo, enquanto aquele que a emite é quem determina o sentido da informação. Assim, nas atividades de leitura e escrita, valorizam-se a norma culta e os exercícios gramaticais.

Dessa forma, a escola autoriza e legitima apenas o uso linguístico elitizado e associado à língua escrita. Dessa forma, o aluno torna-se apenas o receptor passivo da língua, mesmo quando produz textos.

Nessa perspectiva, o ensino de português centra-se na aplicação de regras gramaticais e na leitura de textos literários reconhecidos, como ocorreu no Brasil na década de 1960.

Nesse caso, o texto é constituído da representação do pensamento do produtor e é visto como um produto. A partir disso, não cabe ao ouvinte questioná-lo, mas sim, exercer um papel passivo diante dele, apenas recebendo suas informações.

Note que essa concepção de língua determina que a leitura seja apenas um processo de extração de informações e sentidos.

Portanto, os fundamentos dessa concepção atribuíam a falta de domínio dos alunos sobre as normas gramaticais a uma incapacidade desses estudantes.

2.5 Linguagem como instrumento de comunicação

Já na concepção de linguagem como instrumento de comunicação, as palavras-chave são elemento comunicativo. Na transmissão de uma mensagem, a linguagem é a ferramenta utilizada.

Nessa concepção, portanto, não há interferência do meio e se privilegia a variedade linguística padrão. Isso se deve à associação à visão estruturalista da linguagem. Nesse caso, só se consideram os fatores internos da linguagem e da comunicação: o sentido da mensagem está nos elementos.

Além de aliar-se ao Estruturalismo, a perspectiva discutida liga-se também ao transformacionalismo, que se preocupa com as formas abstratas da língua, e à Teoria da Comunicação, que concebe a língua como um código que servirá para transmitir uma mensagem do emissor para o receptor.

Consequentemente, observamos que ela deriva da segunda linha de pensamento filosófico e linguístico discutido pelo Círculo de Bakhtin, o objetivismo abstrato.

Conforme Bakhtin/Volóchinov (1992, p. 82-83), nessa orientação, “a língua é um sistema estável, imutável”, ou seja, é fechada, cujas leis são específicas e objetivas, sem haver qualquer vínculo entre o seu sistema e a sua história.

Isso demonstra, como postula Travaglia (1996), que a concepção de linguagem como instrumento de comunicação separa o homem do seu contexto social, por se limitar ao estudo do funcionamento interno da língua (Fuza et al., 2011, p. 486).

No Brasil, essa concepção se evidenciou nos anos 1960 (Fuza et al., 2011). Nas escolas, as atividades envolviam modelos a serem seguidos, e a leitura era

apenas um processo de decodificação, isto é, os textos eram tratados como pretextos para se atingir outros objetivos, como os relacionados às questões gramaticais.

Portanto, o ensino da língua era descritivo: constatava-se a existência de variantes linguísticas, mas apenas a variedade padrão era tratada como forma legítima da língua.

Vale ressaltar que, com essa concepção, houve uma mudança no uso de textos na escola: ocorreu uma maior diversificação, com o uso de textos midiáticos. Contudo, a linguagem era concebida como algo centrado apenas na consciência do sujeito.

2.6 Linguagem como forma de interação

Já a terceira concepção de linguagem parte da ideia de interação. Bakhtin e Volóchinov (1992) consideram a linguagem como uma forma de os indivíduos estabelecerem relações sociais, ao contrário do que postulam as concepções anteriores.

Weedwood (2002, p. 151) alerta que, nesse caso, “o importante não é o enunciado, o produto, mas sim a enunciação, o processo verbal.”

Note que, para essa concepção, não há apenas uma organização mental de uma mensagem que é transmitida para o meio social. Há mais do que isso: o contexto social interfere na produção dessa mensagem.

Isso significa que, nos momentos de interação verbal, o sujeito age sobre o ouvinte e reage às reações dele. Observe o que afirmam Bezerra e Luna (2016, p.39):

A linguagem tem um caráter fundador de realidade(s), e não de mera representação desta, como é sugerido nas demais concepções. É nesse sentido que, ao contrário do que entende, por exemplo, a visão estrutural, a concepção sociointeracionista compreende que as significações são distintas a cada ato de linguagem, pois são determinadas pelas condições de produção do discurso e pela conjuntura sócio-histórica.

É, portanto, por meio de uma relação mútua entre falante e ouvinte que se constroem os sentidos.

No ensino da língua materna, há uma expansão dos objetivos educacionais, pois se deseja não só que o aluno conheça a gramática de sua língua, mas também que ele saiba refletir e construir uma visão crítica sobre o mundo a partir do idioma.

Nesse contexto, “A reflexão sobre a língua é feita mediante a compreensão, a análise, a interpretação e a produção de textos verbais. Desse modo, podemos considerar que, na concepção dialógica de linguagem, o discurso se manifesta por meio de textos [...]” (Fuza et al., 2011, p. 490).

Assim, surge uma consonância com a noção de letramento apresentada no começo desta seção: o letramento passa a ser compreendido como prática social, que ocorre na intersubjetividade.

2.7 Impactos do letramento nos processos de ensino e aprendizagem

A concepção que considera a linguagem como interação leva a uma reflexão crítica sobre o ensino de língua materna e provoca impactos no processo de ensino e aprendizagem, pois apresenta também uma nova concepção de letramento.

Nesse caso, a preocupação não é apenas com o ler e o escrever, mas também com o uso do ler e do escrever, e isso se refere às demandas de leitura e de escrita impostas pela sociedade.

Soares (2004) alerta que costuma haver uma preocupação apenas com a dimensão individual do letramento, relacionada à ideia de alfabetização, e que a dimensão social é deixada de lado.

Contudo, no cotidiano escolar, é fundamental trabalhar não só os aspectos técnicos e cognitivos de ler e escrever, mas também a relação dos textos com as estruturas sociais e culturais, bem como a sua ligação com as questões de poder e ideologia.

Assim, o texto é refeito no conflito entre diferentes interpretações; logo, a leitura não pode ser tratada como se fosse apenas uma.

O significado do texto não é estático nem pode ser predefinido, por isso se pode conceituar a leitura como um processo social que envolve autor, leitor e relações sociais. Com essa perspectiva, o letramento é visto como prática social.

3 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA - LETRAMENTO

O letramento em LIBRAS (Língua Brasileira de Sinais) é uma área essencial da educação para surdos, que visa garantir o desenvolvimento linguístico, cognitivo e social das crianças surdas por meio de sua língua natural. Considerando que a LIBRAS é reconhecida como língua oficial no Brasil desde a Lei nº 10.436/02 e o Decreto nº 5.626/05, é fundamental entender como o processo de letramento ocorre nesse contexto específico.

O conceito de letramento evoluiu ao longo do tempo, expandindo-se para além da alfabetização tradicional para incluir habilidades de leitura, escrita e interpretação em contextos diversos.

Segundo Soares (2004), “o letramento cobre uma vasta gama de conhecimentos, habilidades, capacidades, valores, usos e funções sociais; o conceito de letramento envolve, portanto, sutilezas e complexidades difíceis de serem contempladas em uma única definição.”

O letramento em LIBRAS envolve não apenas a aquisição da língua em si, mas também o desenvolvimento de habilidades de leitura, escrita e compreensão textual nesse sistema linguístico visual-gestual. Segundo Quadros e Karnopp (2004), o letramento em LIBRAS abrange a capacidade de compreender e produzir textos em diferentes gêneros, desde narrativas até textos informativos e argumentativos.

Observa-se a definição exata do conceito de Letramento está em constante discussão nos meios acadêmicos. Dessa forma, existem várias definições de letramento, porém em todas elas há uma relação com a leitura e a escrita.

As principais definições de letramento dizem respeito ao Letramento como prática social, o Letramento crítico, o Letramento digital e o Letramento acadêmico.

Em relação ao Letramento como prática social, de acordo com Street (1993) o Letramento é entendido como uma prática social situada em contextos culturais e históricos, envolvendo o uso e a compreensão de textos em diferentes domínios da vida cotidiana. Dessa forma, o letramento é mais do que aprender a ler e escrever, está diretamente relacionado ao contexto social em que a criança vive, além disso ele deve ser contextualizado.

Já o letramento crítico é uma abordagem educacional que visa capacitar os alunos a lerem o mundo de forma crítica, questionando as estruturas de poder e as ideologias presentes nos textos e contextos sociais.

Nesse sentido, o Letramento crítico segundo Luke (2012), vai além das habilidades básicas de leitura e escrita, envolvendo uma análise reflexiva e questionadora das estruturas de poder e das ideologias presentes nos textos e contextos sociais.

Por outro lado, o Letramento digital está relacionado a compreensão do texto nas mais diversas modalidades digitais. Nesse sentido, segundo Lankshear e Knobel (2006), Letramento digital refere-se à capacidade de compreender, utilizar e criar textos digitais de forma crítica e eficaz, incluindo habilidades de busca, avaliação e síntese de informações online.

No que diz respeito ao Letramento acadêmico ele está relacionado intrinsecamente a produção artigos científicos. De acordo com Lea e Street (1998) o Letramento acadêmico diz respeito às habilidades específicas necessárias para compreender e produzir textos acadêmicos, incluindo leitura crítica, escrita argumentativa e citação adequada de fontes.

Ademais, no que tange ao Letramento como processo contínuo, é concebido como um processo contínuo de desenvolvimento e aprendizagem ao longo da vida, influenciado por experiências pessoais, contextos sociais e práticas culturais.

4 METODOLOGIA

O estudo realizado é classificado quanto aos seguintes aspectos: pela forma de abordagem do problema, de acordo com seus objetivos e com base nos procedimentos técnicos utilizados.

Quanto à abordagem do problema, a pesquisa, classifica-se como qualitativa, considerando que não utilizou nenhum tratamento estatístico para os dados coletados, buscando descrever a realidade do problema de pesquisa. Para Oliveira (2011), na pesquisa qualitativa os dados utilizados são, na sua maioria, descritivos, sendo que esse material é fundamentado em pessoas, imagens, desenhos, documentos, fatos históricos etc.

Quanto aos procedimentos que caracterizam a forma de executar a pesquisa, esse estudo se classifica como bibliográfica. Para Cervo e Bervian (2007), a pesquisa bibliográfica busca explicar um problema de pesquisa a partir de referências teóricas publicadas em documentos.

Em relação a pesquisa bibliográfica, Trujillo (1974), reforça um aspecto muito importante a ser considerado na sua condução, ao afirmar que ela não deve constituir-se em uma simples repetição do que já foi dito ou escrito sobre determinado assunto, mas sim propiciar o exame de um tema sob novo enfoque ou abordagem, chegando a conclusões inovadoras.

Quanto aos objetivos a pesquisa se classifica como descritiva, pois objetiva apresentar as características do fenômeno pesquisado, sem a manipulação dos seus elementos formadores. Para Gil (2008), a finalidade da pesquisa descritiva é a “...descrição das características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre variáveis”.

Para a consulta aos trabalhos que fizeram parte da revisão da literatura, foi definida como estratégia de pesquisa a coleta em várias bases de dados *on-line* disponíveis para consulta, buscando atingir o objetivo do estudo. Como critério de seleção dos trabalhos foram utilizadas as palavras-chave definidas nesse estudo.

5 ANÁLISE DOS RESULTADOS

Os resultados obtidos nessa pesquisa revelaram que a definição exata do conceito de Letramento está em constante discussão nos meios acadêmicos e que teve inúmeras mudanças ao longo dos anos. Dessa forma, existem várias definições de letramento, porém, em todas elas há uma estreita relação com a leitura e a escrita.

Constatou-se que existe uma relação direta com o uso da linguagem, uma vez que é por meio da linguagem que os seres humanos se comunicam, expressam ideias, sentimentos e pensamentos, produzem e compreendem mensagens. Dessa forma, a concepção de linguagem associa-se à definição de letramento.

Em razão disso, foram analisadas as principais concepções de linguagem, quais sejam, a linguagem como expressão do pensamento; a linguagem como instrumento de comunicação e a linguagem como forma de interação.

Em relação a linguagem como expressão do pensamento, verificou-se que nessa concepção, o sujeito que recebe a mensagem é passivo, enquanto aquele que a emite é quem determina o sentido da informação. Dessa forma, o ensino de português centra-se na aplicação de regras gramaticais e na leitura de textos literários reconhecidos, como ocorreu no Brasil na década de 1960. Portanto, essa

concepção de língua determina que a leitura seja apenas um processo de extração de informações e sentidos.

Já em relação a concepção de linguagem como instrumento de comunicação, as palavras-chave são elemento comunicativo. Na transmissão de uma mensagem, a linguagem é a ferramenta utilizada. Portanto, não há interferência do meio e se privilegia a variedade linguística padrão. Isso se deve à associação à visão estruturalista da linguagem. Nesse caso, só se consideram os fatores internos da linguagem e da comunicação: o sentido da mensagem está nos elementos.

Por outro lado, a concepção de linguagem como forma de interação, não há apenas uma organização mental de uma mensagem que é transmitida para o meio social. Há mais do que isso: o contexto social interfere na produção dessa mensagem. Portanto, por meio de uma relação mútua entre falante e ouvinte que se constroem os sentidos.

No ensino da língua materna, há uma expansão dos objetivos educacionais, pois se deseja não só que o aluno conheça a gramática de sua língua, mas também que ele saiba refletir e construir uma visão crítica sobre o mundo a partir do idioma. Isso significa que, nos momentos de interação verbal, o sujeito age sobre o ouvinte e reage às reações dele.

Assim, os resultados obtidos por meio desse estudo oferecem um fundamento robusto para compreender o Letramento e a sua íntima relação com as concepções de linguagem, destacando que na concepção da linguagem como uma forma de interação é a que mais se aproxima do ideal proposto pela maioria dos autores estudados, haja vista que o letramento passa a ser compreendido como prática social, que ocorre na intersubjetividade.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse artigo teve por objetivo apresentar os principais aspectos relacionados ao Letramento e a sua relação com o uso da linguagem, adentrando dessa forma nas principais concepções de linguagem, isto é, na concepção de linguagem como expressão do pensamento; na concepção de linguagem como instrumento de comunicação e na concepção de linguagem como forma de interação, a partir desse referencial são verificados os impactos provocados no processo de ensino e aprendizagem.

O estudo sobre o letramento em Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) é de suma importância por diversos motivos. Primeiramente, a LIBRAS é reconhecida como a língua natural da comunidade surda no Brasil, sendo essencial para a comunicação e a construção do conhecimento desse grupo linguístico. Portanto, compreender e promover o letramento em LIBRAS é fundamental para garantir a inclusão e a igualdade de oportunidades para os surdos.

Além disso, o letramento em LIBRAS está intrinsecamente ligado ao desenvolvimento cognitivo e educacional dos surdos. O acesso a materiais educacionais em LIBRAS, a formação de professores fluentes na língua de sinais e a adoção de práticas pedagógicas inclusivas são aspectos-chave para promover o desenvolvimento linguístico e acadêmico dos surdos.

Outro ponto importante é a valorização da identidade e da cultura surda. O letramento em LIBRAS não se restringe apenas à aquisição de habilidades de leitura e escrita, mas também envolve o reconhecimento e o fortalecimento da identidade surda, contribuindo para a construção de uma sociedade mais inclusiva e respeitosa com a diversidade linguística e cultural.

Diante disso, o importante é que os docentes dominem essas diferentes concepções de linguagem para compreender as práticas de linguagem em sala de aula e utilizá-las nas práticas de letramento.

Por fim, destacar que o estudo sobre o letramento em LIBRAS é relevante não apenas para a comunidade surda, mas para toda a sociedade, haja vista que promover a inclusão e o respeito à diversidade linguística contribui para a construção de uma sociedade mais justa, democrática e igualitária.

Os resultados têm implicações práticas significativas para educadores, formuladores de políticas e profissionais que trabalham com crianças surdas. Eles fornecem evidências empíricas para informar intervenções educacionais e programas de apoio que visam melhorar o letramento em LIBRAS e promover uma educação mais inclusiva e equitativa.

Sugere-se que pesquisas futuras explorem mais a fundo a relação entre letramento em LIBRAS e desempenho acadêmico, bem como investiguem estratégias eficazes de ensino e aprendizagem nessa área. Além disso, estudos longitudinais podem fornecer insights sobre o desenvolvimento do letramento ao longo do tempo.

SANTOS, J. L.; SCHMIDT, P. PAULA, M. D. P. Estudo sobre o letramento em Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS. **RGSN - Revista Gestão, Sustentabilidade e Negócios**, Porto Alegre, v. 13, n. 2, p.49-63, out. 2025.

REFERÊNCIAS

BAKHTIN, M.; VOLOCHINOV, M. **Marxismo e filosofia da linguagem**. 6.ed. São Paulo: Hucitec, 1992.

BEZERRA, R. G.; LUNA, T. S. **Concepções de linguagem**: uma análise preliminar do discurso docente e das práticas em sala de aula. Disponível em: http://www.encontrosdevista.com.br/Artigos/art_03_152.pdf. Acesso em: 27 jan. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. 2017. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf. Acesso em: 27 jan. 2025.

CAPOVILA, F. C.; Raphael, W. D. **Dicionário Enciclopédico Ilustrado Trilíngue da Língua de Sinais Brasileira**: volumes I e II. São Paulo: USP, 2003.

CERVO, A. L.; BERVIAN, P. A. **Metodologia científica**. São Paulo: Pearson, 2007.

FUZA, Â. F. et al. Concepções de linguagem e o ensino da leitura em língua materna. **Linguagem & Ensino**, Pelotas, v. 14, n. 2, p. 479-501, 2011.

GERALDI, J. W. et al. (orgs.). **O texto na sala de aula**. 2.ed. São Paulo: Ática, 1984.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6.ed. São Paulo: Atlas, 2008.

KOCH, I. G. **Desvendando os segredos do texto**. 2.ed. São Paulo: Cortez, 2003.

KOCH, I. G. V.; ELIAS, V. M. **Ler e escrever**: estratégias de produção textual. São Paulo: Contexto, 2010.

LACERDA, C. B. F.; SCOLARI, D. D. (orgs.). **Letramento de surdos**: experiências e perspectivas na educação de surdos. São Paulo: Mercado de Letras, 2012.

LANKSHEAR, C.; KNOBEL, M. **Digital literacies**: concepts, policies and practices. Peter Lang, 2006.

LEA, M. R.; STREET, B. V. Student writing in higher education: an academic literacies approach. **Studies in higher education**, v. 23, n. 2, p. 157-172, 1998.

LUKE, A. Critical literacy: foundational notes. **Theory into practice**, v. 51, n. 1, p. 4-11, 2012.

OLIVEIRA, M. F. **Metodologia científica**: um manual para a realização de pesquisas em Administração. Catalão (GO): Universidade Federal de Goiás, 2011.

PERLIN, G.; STROBEL, K. **Surdez e bilinguismo**: aspectos linguísticos e educacionais. São Paulo: Arara Azul, 2009.

QUADROS, R. M.; KARNOPP, L. B. **Língua de Sinais Brasileira**: estudos linguísticos. Porto Alegre: Artmed, 2004.

SANTOS, J. L.; SCHMIDT, P. PAULA, M. D. P. Estudo sobre o letramento em Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS. **RGSN - Revista Gestão, Sustentabilidade e Negócios**, Porto Alegre, v. 13, n. 2, p.49-63, out. 2025.

SOARES, M. **Letramento e escolarização**. In: RIBEIRO, V. M. (org.). Letramento no Brasil. São Paulo: Global, 2004.

SKLIARIO, L. C. **A surdez**: um olhar sobre as diferenças. São Paulo: Mediação, 1998.

STREET, B. V. **Cross-cultural perspectives on literacy**. Cambridge University Press, 1993.

TRAVAGLIA, L. C. **Gramática e interação**: uma proposta para o ensino de gramática no 1º e 2º graus. São Paulo: Cortez, 1996.

TRUJILLO, F. A. **Metodologia da ciência**. 3.ed. Rio de Janeiro: Kennedy, 1974.

WEEDWOOD, B. **História concisa da linguística**. São Paulo: Parábola Editorial, 2002.